



*Segurança, Democracia e Cidades:*  
o Manifesto de Aubervilliers e Saint-Denis

◀◀ *As colectividades locais europeias privilegiam assim a prevenção para garantir que a segurança seja um direito fundamental e um elemento indispensável da qualidade de vida na cidade para as gerações futuras.* ▶▶







..... *Segurança, Democracia e Cidades:*  
**Manifesto de Aubervilliers e Saint-Denis**

..... Adoptado durante a conferência internacional *Segurança, Democracia e Cidades: o futuro da prevenção* nos dias 12, 13 e 14 de Dezembro de 2012, em Aubervilliers e Saint-Denis, França



# Introdução

➤ No momento em que a Europa e o resto do mundo atravessam uma crise económica que pode prejudicar o património social e cultural do século XX, as autoridades locais, as instituições e os representantes da Sociedade Civil, reunidos sob a égide do Fórum Europeu para a Segurança Urbana (Efus) em Aubervilliers e Saint-Denis, desejam reafirmar, baseando-se nos factos, que as políticas sociais de prevenção são particularmente eficazes na luta contra a violência e a criminalidade. É preciso lembrar que a prevenção é menos onerosa não somente em termos económicos como também sociais.

Por isso o Efus decidiu escolher “o futuro da prevenção” como tema transversal da quinta conferência internacional em Aubervilliers e Saint-Denis, depois de Montreal, Paris, Nápoles e Saragoça. Durante essa conferência, celebrada nos dias 12, 13 e 14 de Dezembro de 2012 reuniram-se mais de 900 pessoas, incluindo representantes de 200 cidades e 40 países dos cinco continentes.

Essa conferência concluiu-se com a adopção do manifesto publicado a seguir, acompanhado por recomendações concretas elaboradas nos workshops temáticos que foram organizados.

Este manifesto exprime as conclusões e os princípios defendidos pelos participantes na conferência e pelos membros do Efus. Constitui a base de princípios e valores em que assenta o Fórum Europeu para a Segurança Urbana. Foi concebido para ser uma fonte de apoio e inspiração para as autoridades locais para a concepção e promoção das suas políticas de segurança. Também tem como objectivo levar a voz dos eleitos locais até às instituições nacionais, europeias e internacionais.

Servirá também de suporte para favorecer o debate com os cidadãos de toda a Europa e encorajar a sua participação em matéria de segurança.

Convidamos as colectividades locais de toda a Europa para que mostrem o seu empenho em criar cidades mais justas e mais seguras adoptando o manifesto e promovendo, nas suas políticas locais, os princípios que esse manifesto defende.

..... **Guilherme Pinto**, Presidente do Efus

# Desafios para a Europa .....

O estado actual de turbulências globais significa que teremos de enfrentar importantes desafios ecológicos, sociais, económicos e financeiros no futuro.

A Europa está submetida a desequilíbrios e desigualdades, e em particular um forte aumento do desemprego, que mergulha os cidadãos num estado de ansiedade que fragiliza os laços sociais e a confiança no futuro. Frente à globalização mal controlada e quando as oportunidades não são totalmente aproveitadas, a Europa tende a fragmentar-se e a retrair-se sobre si própria. No seu seio, a crise ameaça a coesão social, a solidariedade, deixando emergir o egoísmo e o individualismo.

Os sentimentos de insegurança nunca foram tão fortes e os cidadãos desconfiam dos políticos, contestando a sua capacidade de mudar o curso dos acontecimentos.

A criminalidade organizada e financeira, relativamente ausente das preocupações das políticas públicas, representa uma ameaça para os equilíbrios sociais e para as nossas bases democráticas,

A Europa não está à altura desses desafios porque o seu projecto social, económico e político não corresponde suficientemente às expectativas dos cidadãos e não facilita a adesão destes ao projecto.

Apesar de ter realizado progressos consideráveis, especialmente a paz ao longo dos últimos 65 anos, a Europa não provoca um forte sentimento de pertença aos seus cidadãos, o que impede um investimento colectivo.

## O risco de autoritarismo

Face a estes desafios, existe um risco importante de tratar apenas os sintomas mais visíveis desses desequilíbrios: miséria, distúrbios urbanos, tráficos de seres humanos, desenvolvimento de condutas de dependência, violência entre homens e mulheres, violência dos jovens, incivildades.

A curto prazo, respostas autoritárias oferecem às autoridades locais a vantagem da visibilidade. A longo prazo, esta abordagem tem custos sociais e económicos importantes e pode prejudicar seriamente os nossos direitos e liberdades.

## Deve prevalecer a razão

Levar em conta os desafios sociais, económicos e ecológicos que deveremos enfrentar no futuro próximo obriga-nos a integrar o curto e o longo prazo em cada uma das nossas decisões para o futuro das nossas comunidades. Obriga-nos a reexaminar as nossas prioridades, reinventar os nossos métodos de acção, e oferece-nos ao mesmo tempo uma oportunidade para inovar.

O debate democrático, alimentado pela ciência e pelo conhecimento, leva-nos a avaliar melhor as consequências financeiras e económicas das nossas decisões para o futuro.

As nossas reacções aos distúrbios actuais devem seguir este caminho difícil e exigente. Mais do que nunca, a segurança deve basear-se no equilíbrio entre sanção e prevenção. As cidades devem garantir que as autoridades públicas respondam de forma coerente tanto ao pequeno quanto ao maior tipo de delinquência.

## Prevenção: uma escolha para o futuro

Ao focalizar os trabalhos da conferência sobre o futuro da prevenção, as cidades do Efus privilegiam uma dinâmica otimista para lutar contra o sentimento paralisante do medo. Ao recusar o fatalismo vinculado aos momentos de crise económica, devemos assumir a responsabilidade de identificar e investir espaços onde existem margem de manobra e possibilidades de desenvolvimento.

Reivindicamos a escolha da prevenção como uma opção racional, estratégica com o melhor ratio custo/benefício. Num contexto de restrições e reestruturações orçamentais que se impõem nos próximos anos, os actores da segurança deverão aliar mais criatividade e pragmatismo. A procura da eficiência reforça a importância da parceria e do trabalho complementar dos actores, públicos e privados, à volta de um projecto colectivo.

## Segurança e desenvolvimento sustentável

Ao aplicar os princípios da Carta de Aalborg, as cidades do Efus procuram uma alta qualidade de vida para todos. Recusam a gestão da segurança de emergência e promovem políticas sustentáveis.

As cidades privilegiam assim a prevenção para garantir que a segurança seja um direito fundamental e um elemento indispensável da qualidade de vida na cidade para as gerações futuras.

## O cidadão no coração

As políticas de segurança devem ser pensadas e concebidas à volta das necessidades individuais e colectivas do cidadão, e não de acordo com as instituições públicas. Para tal, a participação é um eixo transversal de acção que permite associar a sociedade civil a todas as etapas da concepção, da implementação e da avaliação das políticas.

A prevenção do futuro só pode ser concebida e realizada com a plena participação dos jovens que são estigmatizados e vítimas de violência com demasiada frequência. Objectivos concretos e meios de expressão devem ser restaurados no projecto de política comum que une os cidadãos europeus. Esta forma de cidadania activa inclui a participação dos cidadãos na segurança, nomeadamente através da educação sobre a legalidade e a partilha de valores de justiça e democracia.

## Uma política informada

Todas as políticas devem levar em conta os últimos conhecimentos técnicos e científicos e criar as condições para a produção do conhecimento.

Para realizar isso, as cidades devem encontrar meios para garantir que as suas políticas sejam definidas e guiadas por dados qualitativos e quantitativos, e não por preconceitos ou posturas ideológicas. Comprometem-se a avaliar sistematicamente as suas acções de prevenção, com o objectivo de melhorar a eficiência e assim fazer entrar a prevenção numa nova etapa de profissionalização.

# Uma Europa das cidades

As cidades europeias caracterizam-se pela existência de espaços públicos partilhados por diversos grupos de população. Devem preservar e desenvolver esta característica urbana. A prioridade é dada à criação de laços sociais e conviviais: a segurança não procura afastar os cidadãos entre si, mas sim criar espaços onde é garantida a segurança de todos. O espaço público encarna a coesão social e simboliza a relação entre o cidadão e a cidade.

As instituições europeias e nacionais reconhecem hoje as cidades como sendo parceiros indispensáveis. Sendo as mais próximas dos cidadãos, combinam competências de solidariedade, de prevenção, bem como de sanção, com experiência na gestão dos problemas quotidianos. A atribuição dos recursos financeiros e humanos deve reflectir a distribuição de competências e reconhecer as parcerias e colaborações entre os Estados, cidades e a sociedade civil.

## Cidades “Viver Juntos”

As cidades defendem uma Europa aberta para o mundo, que respeita as regras e as leis, e que aproveita plenamente a diversidade das populações.

As cidades exprimem o seu desejo de fazer da segurança um bem público, baseado no respeito dos direitos fundamentais, que deve ser garantido no espaço público bem como no privado, partilhado pelos indivíduos como pelos grupos.





*Recomendações  
temáticas*



# Auditorias de segurança, programas e avaliação

## Considerando que:

- As autoridades locais são confrontadas com a diminuição dos orçamentos e que é cada vez mais importante que as políticas locais de prevenção do crime sejam mais eficientes. As acções de prevenção promissoras devem ser escolhidas cuidadosamente. Como salientado nas recomendações e publicações anteriores<sup>1</sup>, as auditorias devem ser uma ajuda para a tomada de decisão e fornecer uma base racional aos investimentos realizados. Devem ajudar a compreender um grande leque de questões para se conceberem estratégias de prevenção do crime integradas.
- Nos últimos anos, os debates científicos sobre instrumentos metodológicos para proceder à análise da prevenção do crime produziu conceitos, métodos e programas elaborados e diferenciados. Contudo, os requisitos científicos e as expectativas das partes interessadas locais continuam a não combinar totalmente. Há conhecimentos por explorar e as estratégias locais carecem ainda de bases científicas sólidas.

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção que:

- É necessário investigar a base de factos comprovados sobre as acções de prevenção da criminalidade.
  - > Os problemas devem ser analisados levando em conta as causas locais depois de terem sido contextualizados a nível regional, nacional e europeu;
  - > As medidas de prevenção devem ser eficazes;
  - > O resultado deve ser avaliado de acordo com o objectivo definido;
- Coligações e parcerias comunitárias entre o mundo científico e as autoridades locais são estruturas essenciais para implementar este processo sistemático. Para alcançar o objectivo de uma adequada

---

prevenção da criminalidade assente numa base de conhecimentos comprovados, o apoio das autoridades nacionais bem como da União Europeia é imprescindível.

**Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Melhorar a sensibilização sobre a necessidade de uma prevenção da criminalidade baseada em resultados comprovados;
- Analisar as políticas de prevenção da criminalidade locais de acordo com os seus alvos e eficácia;
- Encontrar requisitos para ferramentas metodológicas adequadas à situação nas cidades;
- Implementar técnicas que proporcionem uma abordagem sistemática da prevenção da criminalidade;
- Iniciar parcerias entre a ciência e as autoridades locais.

---

1- Manifesto de Saragoça, 2006; Guia e Auditorias Locais de Segurança 2008.

# Um espaço público para todos

## Considerando que:

- O espaço público é um elemento essencial para o funcionamento e a qualidade da cidade na medida em que é por excelência o lugar do “viver juntos”;
- O espaço público, como património colectivo, lugar de encontro, de diálogo, de convivialidade, de uso misto e mistura de públicos bem como de enriquecimento cultural, deve ser valorizado, acessível a todos, homens e mulheres, e ser um lugar onde as pessoas se sentem bem e em segurança;
- Devido à inadequada organização ou partilha do espaço, existem espaços públicos com problemas de insegurança, incivilidade, delinquência, ou sentimento de insegurança e originam conflitos entre os utilizadores;
- Existe uma relação directa entre o modo como é concebido o espaço público e a segurança desse mesmo espaço;
- O espaço público bem projectado está em sintonia com as necessidades dos cidadãos, habitantes, utilizadores. A segurança do espaço público depende de uma grande variedade de actores e de profissões que contribuem para a sua configuração, o seu funcionamento ou animação. Espaços diferentes necessitam de organizações específicas e consequentemente soluções à medida;
- O espaço público, no seu funcionamento, gestão quotidiana e animação, pode tornar-se, em si mesmo, num espaço de meditação e num vector positivo para promover o “viver juntos”.

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção que:

- Os cidadãos, habitantes, utilizadores sejam associados à fase de projecto e à gestão do espaço público;
- Os desafios de segurança sejam levados em consideração desde a concepção do espaço público, que a prevenção seja considerada em termos de configuração, e que para isso seja previsto um diálogo

---

go entre o criador do projecto e o utilizador/administrador desde o início do projecto;

- Se destaque o “viver juntos” no espaço público e o seu potencial para a coesão social, e se considere a segurança como um parâmetro semelhante aos outros;
- Se limite a privatização crescente dos espaços públicos e que se evite um excesso de segurança, vector de exclusão de determinados públicos;
- Se leve em consideração as evoluções dos usos do espaço público no tempo, bem como durante os vários momentos do dia e da noite;
- A questão do espaço público seja abordada prestando a devida atenção à questão do género;
- Se desenvolvam modos de gestão do espaço público com os utilizadores, baseados no conceito de partilha e de apropriação do lugar, evitando simultaneamente ocupações dominantes, e que a presença humana seja reafirmada;
- A formação dos diferentes actores, nomeadamente dos arquitectos, urbanistas e funcionários municipais, seja revista, para integrar conhecimentos em matéria de critérios de qualidade do espaço público.

---

### **Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Articular melhor as políticas públicas em torno das diferentes componentes humanas do espaço público: habitantes, usuários, profissões praticadas tradicionalmente no espaço público, etc.;
- Desenvolver a participação dos cidadãos e utilizar mais instrumentos que permitam aos moradores e utilizadores ter um maior envolvimento, como por exemplo marchas exploratórias;
- Desenvolver o potencial das actividades profissionais que se exercem no espaço público para a política de prevenção;
- Desenvolver as sinergias de cooperação entre os serviços municipais, as várias actividades profissionais praticadas no espaço público e as outras partes interessadas locais, para uma gestão urbana de proximidade ainda mais eficaz.



# Mediação

## ➤ Considerando que:

- As cidades, as escolas, as famílias, as empresas são lugares onde se tecem relações positivas que nos unem através de vários compromissos afectivos e de interesses.
- Esses lugares também enfrentam numerosos fenómenos qualificados como diferendos, conflitos e insegurança e também violência.
- Face a essas situações, a mediação pode ser um factor de restabelecimento da comunicação, de criação e de reparação dos laços sociais, de prevenção da violência, de gestão e de resolução amigável dos conflitos. A mediação é considerada ao mesmo tempo como uma resposta operacional forte e uma cultura. É um processo livre, directo, rápido, pouco oneroso e eficaz que pode ter a forma da mediação social, familiar ou judiciária. A mediação é uma das respostas que muitas cidades e autoridades locais já escolheram implementar.

## ..... Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção que:

- Os responsáveis locais afirmem o desejo político de apoiar e facilitar a implementação da mediação;
- Se integrem as dimensões de parceria sistemática e de envolvimento da sociedade civil na reflexão e na acção sobre a mediação;
- Seja lembrado que a formação e a sensibilização para a mediação são indispensáveis para a sua eficácia e sucesso, tanto nas colectividades locais quanto nas escolas em particular;
- Se lance uma abordagem internacional a favor da mediação que poderia ser iniciada pela ONU, um ano internacional da mediação.

## ..... Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:

- Criar a nível local espaços de mediação e de resolução amigável dos conflitos, acessíveis a todos, com presença de mediadores formados e qualificados (assalariados e voluntários) com capacidade de atender solicitações de mediação;

# Participação dos cidadãos na segurança

## Considerando que:

- As cidades não são apenas locais de produção económica, lugares de circulação e mobilidade, mas também são espaços públicos de discussão e debate;
- A participação dos cidadãos é uma fonte de democracia sustentável e de coesão particularmente necessária em tempos de crise económica e social, porque a segurança diz respeito a todos;
- Se, durante muito tempo, a cultura institucional da segurança desqualificou a palavra dos cidadãos, hoje a sua participação é fundamental para a modernização das políticas públicas, nomeadamente urbanas, e consultar os habitantes é um factor de ajuda para a tomada de decisão das autoridades locais;
- As mobilizações dos habitantes, das associações locais ou das organizações voluntárias são numerosas e suscitam esperanças, sobre a co-produção da segurança, mas também receios quanto aos desvios populistas que poderiam induzir.

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção que:

- Na medida em que os governos não podem imaginar ou adivinhar quais as necessidades e expectativas dos cidadãos em matéria de segurança, se encontrem através de uma dinâmica participativa novos modos para resolver os problemas;
- As colectividades, em vez de seguir uma lógica do receio imobilizadora, incentivem essa dinâmica participativa, porque o sentimento de pertença permite criar laços sociais;
- As colectividades suscitem, mediante um diálogo constante e criativo com os cidadãos, uma responsabilidade social partilhada sobre a tomada de decisão em matéria de segurança, e que comece pela definição colectiva da palavra “segurança”;

- Esse diálogo seja enquadrado e organizado pelas instituições incluindo todos os cidadãos e não apenas os grupos sobrerrepresentados, sem excluir formas mais espontâneas de mobilização, até mesmo protestos;
- A troca se realize de forma contínua, para dar continuidade à acção, através do seguimento dos dispositivos de participação, disponibilização de relatórios;
- As respostas obtidas pelo diálogo sirvam realmente para desenvolver a acção pública dentro de uma abordagem de co-construção, correndo-se o risco, senão, de continuar apenas numa simples lógica de serviço prestado; que a informação proveniente da população seja levada em consideração nos termos em que se coloca e sem introduzir distorções devido às exigências administrativas e de gestão;
- As questões de segurança abordadas com os cidadãos englobem um amplo horizonte, levando em consideração as políticas sociais, de juventude, culturais, de limpeza, de urbanismo, que entram no quadro político e organizacional da segurança;
- Se continue a desenvolver o envolvimento dos cidadãos voluntários que participem nas acções públicas de segurança, nomeadamente os mediadores cidadãos, os referentes de bairro e os animadores, sem que estes substituam as forças de polícia, e insistindo sobre um certo número de salvaguardas que são, no mínimo, atribuições claras resultando de protocolos escritos, um enquadramento, equipamento e formação adaptados fornecidos pela colectividade;

..... **Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Promover e incentivar, nas nossas cidades, a participação dos cidadãos nos diferentes aspectos da política de segurança desde a planificação das estratégias até à implementação de acções concretas e a sua avaliação permanente;
- Criar, no seio do Efus, um grupo de trabalho visando o intercâmbio de boas práticas em matéria de participação, a especificação e o seguimento das recomendações acima expostas.
- Promover processos de “pactos” ou contratos entre os cidadãos e as instituições para favorecer a partilha de uma estratégia onde cada acção está integrada num documento partilhado e que pode ser lido por todos.



# A polícia como actor da prevenção

## ➤ Considerando que:

- Enquanto a polícia é um protagonista importante para fornecer serviços de segurança às comunidades urbanas, porém enfrenta obstáculos consoante as áreas urbanas se expandem e as expectativas dos cidadãos mudam. As autoridades locais desempenham um papel importante para trabalhar com a polícia a fim de encontrar soluções partilhando os conhecimentos locais e reforçando as relações entre a polícia e a população.
- A maior parte das áreas urbanas enfrentam desafios de segurança multifacetados, as autoridades locais precisam determinar como melhor colaborar e coordenar o seu trabalho com a polícia para garantir um ambiente urbano seguro e atender ao mesmo tempo vários factores: as várias solicitações dos cidadãos, a expansão do território e crescimento das áreas informais, gestão do espaço público, concepção de respostas de emergência, recursos limitados, desigualdade, inclusão dos imigrantes, refugiados e minorias, vulnerabilidade das mulheres e crianças, mas também a criminalidade internacional complexa como o crime informático, tráfico de drogas, armas e seres humanos, e o terrorismo.

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção que:

- O nível local seja reconhecido como um intermediário entre a polícia e a sociedade civil, com o papel de ajudar a melhorar e reforçar as relações entre a polícia e a população;
- O nível local possa organizar a partilha da informação no respeito dos direitos humanos;
- As autoridades locais envolvam a polícia como actor importante para conceber abordagens de segurança e prevenção integradas que tratem da complexidade das áreas urbanas e do crime urbano;

- 
- A polícia respeite o estado de direito e os direitos do homem, elementos essenciais para construir a confiança com os cidadãos e realizar o trabalho de forma eficaz;
  - Os governos adoptem, modifiquem e/ou promovam estratégias, incluindo estratégias de manutenção da ordem, baseadas na prevenção, experiências comprovadas, concebidas, implementadas, controladas e avaliadas através da colaboração multi-agências.

---

**Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Desenvolver e reforçar parcerias formais de segurança urbana entre as autoridades locais, a polícia e outras agências para reforçar a prevenção e planos de segurança baseados em elementos comprovados;
- Integrar formalmente a prevenção e códigos de conduta nas estruturas de polícia e na formação;
- Organizar encontros regionais e internacionais para a polícia e as autoridades locais de várias áreas urbanas para partilharem experiências e desenvolver iniciativas conjuntas;
- Construir programas com actividades tendo o objectivo de aproximar a polícia e a população, em particular os grupos mais jovens.



# Prevenção da reincidência

## Considerando que:

- As sociedades construídas sobre o princípio da inclusão social proporcionam, para as comunidades, a melhor proteção contra os danos e sofrimentos causados pelo crime;
- Resultando disto que a prisão é o último recurso nos sistemas penais;
- Portanto as soluções alternativas à prisão devem sempre ser favorecidas. O papel das cidades deve ser reconhecido como sendo uma parte essencial da procura de alternativas à prisão e da reinserção de ex-prisioneiros, em coordenação com as instituições de justiça, como mencionado em recomendações anteriores<sup>2</sup>;

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção que:

- O acesso aos serviços e instituições da sociedade civil para os ex-prisioneiros seja garantido, visto que a inclusão social reduz a reincidência. A motivação, a oportunidade de reparação e experiências de cidadania positivas para os ex-detidos devem ser fortemente promovidas;
- A fim de atender às necessidades de antigos delinquentes que reintegram a sociedade, de vítimas e de comunidades, os governos locais devem favorecer uma cooperação multi-agências, entre polícia, serviços de liberdade condicional, organizações de vítimas, de justiça reparadora e outras agências municipais e locais;
- Como em muitos países existe uma tendência para punições mais duras, as cidades e autoridades locais devem explicar a necessidade de investir na reabilitação de delinquentes através de múltiplas agências e na cooperação conjunta para reduzir a reincidência, e o papel central da liberdade condicional. Isto deve ser feito a nível político bem como a nível do público em geral a fim de obter a confiança da comunidade;

- 
- Para controlar o progresso realizado nesta área, devem ser realizados estudos de base, o mais cedo possível, com uma avaliação após cinco anos.

---

### **Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Sensibilizar as autoridades locais sobre a importância de reforçar e participar em abordagens multi-agências que lidam com os delinquentes na comunidade e aqueles que atendem e apoiam as vítimas de crimes;
- Participar em parcerias com organizações profissionais europeias no campo da liberdade condicional, prisão, justiça restaurativa, vítimas, polícia etc. a fim de promover ainda mais a ideia do trabalho multi-agências;
- Formar um grupo de trabalho para redigir uma proposta concreta sobre como isso pode ser alcançado.

---

2- "O papel das cidades na luta contra a insegurança," resolução da Comissão Executiva do Efus, Nantes 2011.

# Questões de gênero e prevenção da violência contra as mulheres

## Considerando que:

- Em muitos países o femicídio tem sido uma das principais causas de morte violenta das mulheres<sup>3</sup>. O femicídio é frequentemente a consequência de uma série de perseguições e agressões.
- As mulheres correm riscos, tanto no espaço privado quanto público. A violência dos homens contra as mulheres nos espaços públicos e privados deve ser considerada como duas manifestações do mesmo fenômeno: em ambos os casos a violência está baseada na desigualdade que caracteriza as relações entre homens e mulheres<sup>4</sup>.
- As autoridades locais podem desempenhar um papel importante na prevenção da violência contra as mulheres e aumentar a segurança das mulheres em geral. Uma sanção reforçada nesta matéria poderia ser útil, mas este fenômeno, talvez mais do que outros crimes, é tratado de forma mais adequada com uma abordagem preventiva.

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção que:

- A violência perpetrada pelos homens contra as mulheres seja reconhecida em todos os lugares pela lei, e condenada. Devem ser reforçados os esforços no sentido de criar um quadro legal europeu mais padronizado;
- A investigação, incluindo inquéritos dedicados às vítimas e dados completos sobre femicídio, seja melhorada a nível nacional e local. Em muitos países europeus os dados disponíveis não são fiáveis nem úteis para os responsáveis políticos;
- Instrumentos de repressão, prevenção, criminais e civis ou administrativos para proteger as mulheres sejam desenvolvidos e melhor coordenados;

- 
- As autoridades sejam envolvidas nas estratégias de luta contra a violência de género. O seu papel no âmbito da prevenção e assistência às vítimas deve ser reconhecido e fortemente apoiado pelos governos nacionais e pela União Europeia.

---

### **Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Continuar a sensibilizar as autoridades locais, governos nacionais e agências internacionais para garantir que os decisores sejam responsáveis pela implementação da legislação baseada nestas recomendações;
- Incluir na agenda a prevenção contra a violência de género como uma prioridade, desenvolver novas ferramentas e melhorar as existentes para lutar contra a violência de género. Deve incluir formação profissional conjunta dos funcionários de polícia e dos trabalhadores sociais;
- Promover a abordagem de género em todas as políticas de segurança urbana, que não devem ser consideradas como políticas específicas e distintas;
- Criar um grupo de trabalho no Efus sobre violência de género para ajudar as autoridades locais a controlar o fenómeno a nível europeu, trocar as melhores práticas e encontrar soluções que possam ser adaptadas ao contexto local;
- Desenvolver o trabalho sobre a prevenção da violência contra as mulheres a partir de uma idade precoce, em particular nas relações entre rapazes e raparigas.

---

3- Relatório sobre prioridades e definição de um novo quadro político europeu de combate à violência contra a mulher, Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, Parlamento Europeu (2010/2209(INI)).

4- Construir Cidades e Comunidades Inclusivas: Declaração de Délhi sobre Segurança da Mulher, 2010.

# Violência na escola e abandono escolar

## Considerando que:

- A escola, através da sua função de educação, favorece a aprendizagem da vida em sociedade, o respeito pelas regras e pela autoridade, mas também é o reflexo da nossa sociedade, incluindo a sua violência. As violências verbais, físicas, as incivilidades, o assédio manifestam-se tanto no meio escolar quanto nos outros lugares da cidade;
- A escola falha na sua missão quando deixa de lado jovens que abandonam o ensino escolar;
- As violências na escola e o abandono escolar não podem ser tratados como fenómenos isolados;
- A escola faz parte do território da cidade e deve ocupar o lugar que merece na política local de segurança;
- O futuro da prevenção, ou seja de uma prevenção sustentável, só é possível com a participação da escola.

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção que:

- A escola seja inclusiva em vez de exclusiva, que tenha a ambição de ser adaptada para todos num ambiente de tranquilidade, e por conseguinte procurar o bem-estar tanto dos alunos quanto do pessoal escolar;
- A escola seja a protagonista do desenvolvimento de uma cultura de prevenção que passe, a partir da mais tenra idade, pela aprendizagem da cidadania e da legalidade, pelo desenvolvimento da mediação pelos pares, por um trabalho sobre as questões de género, e para o pessoal escolar pelo desenvolvimento de competências de gestão dos conflitos quotidianos, mas também das situações de crise;

- 
- Se encete uma reflexão sobre a noção de sanção alternativa como parte do processo de educação dentro das próprias escolas, e sobre a questão fundamental do acompanhamento das vítimas e reparação dos danos causados;
  - As colectividades territoriais junto com os pais e as escolas realizem um trabalho para que ocupem o lugar que merecem neste processo educativo: com efeito, a cidade ocupa uma parte do campo educativo e nomeadamente através da questão da cidadania;
  - A criança seja considerada na sua globalidade e que, para isso sejam implementados protocolos escritos para organizar a partilha das responsabilidades pelos actores da educação, ou seja os responsáveis políticos, os professores, os pais, as associações, os trabalhadores sociais, os agentes da polícia, no âmbito de parcerias fortes e duradoiras;
  - Sejam promovidas boas práticas baseadas em elementos racionais e objectivos, resultantes da investigação científica e nomeadamente inquéritos de vitimização junto dos alunos e do pessoal;
  - Para evitar o abandono escolar, sejam promovidas políticas baseadas nas necessidades dos jovens numa perspectiva de integração profissional.

---

### **Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Acompanhar, com todos os meios à nossa disposição, os dispositivos de acompanhamento dos jovens em risco de abandono escolar;
- Desenvolver e trocar no seio do Efus as boas práticas e os dispositivos que existem na Europa;
- Reforçar a formação do pessoal para reagir de forma adequada às situações de violência e desenvolver uma prevenção eficaz que possa suscitar comportamentos e atitudes positivas.



# Desporto e prevenção

## Considerando que:

- Participar activamente nas actividades desportivas representa uma ferramenta importante para a coesão social, para superar as diferenças sociais e culturais, e para a prevenção social e da criminalidade, e que é também um meio valioso para os tempos de lazer e para a realização pessoal;
- Grandes manifestações desportivas representam desafios e oportunidades para as autoridades locais;
- Foram adoptadas com sucesso numerosas medidas desde o Manifesto de Saragoça para tornar o desporto seguro e agradável;

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção:

- O desenvolvimento de instalações desportivas acessíveis e apoiar os cidadãos, nomeadamente jovens e minorias utilizando plenamente as suas capacidades para apoiar o desporto amador;
- Combinar o desenvolvimento do desporto amador com a aprendizagem de valores para rejeitar qualquer tipo de violência, racismo e ódio entre os atletas, pais e espectadores;
- Fornecer uma interface entre o desporto profissional, o desporto amador e a vida na comunidade mediante iniciativas de tipo “estádio aberto<sup>5</sup>”;
- Compreender que os adeptos e as suas organizações são uma parte importante da comunidade local e que os eventos desportivos são organizados não só para eles mas também com eles;
- Facilitar o diálogo aberto entre os adeptos, as suas organizações e clubes com os organizadores, as autoridades locais e a polícia, por exemplo através de uma “Carta dos adeptos”;
- Levar em consideração as necessidades e os interesses dos habitantes locais ao organizar eventos desportivos e tentar envolvê-los no evento;

- 
- Assegurar-se de que as forças de segurança adotem avaliações de risco baseadas em estratégias de resposta progressiva.

---

### **Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Estabelecer relações justas e sustentáveis com os grupos de adeptos locais a fim de torná-los co-responsáveis da segurança e festividade dos eventos desportivos locais;
- Fornecer a formação necessária ao pessoal responsável pelos eventos desportivos e pelo desenvolvimento da vida desportiva na cidade a fim de usar plenamente as melhores práticas recolhidas no seio da rede Efus<sup>6</sup>;
- Reforçar a colaboração entre o Grupo de trabalho temático Goal do Efus e o Comité Permanente do Conselho da Europa, bem como outras iniciativas desenvolvidas pela Comissão Europeia.

---

5- GOAL: Prevenir a violência no desporto, Efus, Julho de 2012, capítulo 9 "Áreas de retransmissão para o público".

6- GOAL: Prevenir a violência no desporto, Efus, Julho de 2012.



# Arte, cultura e prevenção

## Considerando que:

- A arte e a cultura desempenham um papel na prevenção e na segurança urbana, porque são uma parte essencial do desenvolvimento humano;
- A arte e a cultura estão ligadas à prevenção na medida em que contribuem para reduzir o isolamento e a fragmentação social, criar condições de vida favoráveis ao desenvolvimento dos indivíduos, bem como à criação de empregos;
- A música, as artes visuais e o espectáculo ocupam um lugar central no trabalho com as crianças e os jovens, nomeadamente ao favorecer o surgimento de novas práticas sociais que permitem aos jovens ter um sentimento de pertença a um grupo e um objectivo comum, incentivando-os a desempenhar um papel no desenvolvimento comunitário;
- A arte e a cultura podem também ocupar um lugar central junto dos delinquentes e das vítimas.

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção que:

- As práticas culturais e artísticas sejam reconhecidas como garantia do reconhecimento positivo das competências das populações mais frágeis, precárias e marginalizadas;
- As nossas políticas públicas se dotem dos meios financeiros e humanos para integrar claramente a dimensão cultural na sua estratégia global como desafio para o desenvolvimento individual e colectivo, vector do “viver juntos”, de coesão e de inclusão social, de democracia;
- As nossas políticas públicas contribuam à apresentação dos resultados das práticas artísticas e à avaliação dos resultados positivos que dão à comunidade;

- 
- As acções e projectos culturais não sejam reservados apenas a etapas críticas quando tudo fracassou, mas integradas a montante como parceiros de uma estratégia de prevenção a longo prazo;
  - As experiências e os exemplos de sucesso no plano internacional sejam divulgados e possam inspirar uma política de prevenção legítima difundida pelas grandes organizações internacionais e nacionais;
  - A voz dos públicos alvo seja levada em consideração a fim de evitar a marginalização;
  - Abordagens territoriais envolvendo todas as gerações sejam iniciadas para recriar laços sociais e aumentar a qualidade de vida de todos.

---

#### **Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Associar a política cultural das colectividades à estratégia global de prevenção e integrar o desafio da prevenção nas políticas culturais;
- Mobilizar uma parceria que permita reunir objectivos e meios em cada escalão territorial, nomeadamente os actores culturais institucionais e associações, os talentos e as competências mais adaptadas aos objectivos;
- Criar e enriquecer uma plataforma na Internet que permita trocar as avaliações das acções e as políticas no plano internacional.



# Turismo e segurança

## Considerando que:

- A Europa é o primeiro destino turístico no mundo. A indústria do turismo representa um volume importante de intercâmbios comerciais e sociais tornando-a numa pilar das economias das nossas cidades europeias e num forte vector de desenvolvimento social;
- O sucesso ou fracasso de um destino turístico depende em parte da capacidade das cidades garantirem um ambiente seguro para os turistas: a percepção de um alto nível de segurança é uma vantagem competitiva importante em termos de imagem;
- Qualquer que seja o tipo de turismo, as autoridades locais partilham problemas semelhantes na Europa. Os turistas podem ser o alvo privilegiado de alguns delinquentes: como vítimas, necessitam de apoio imediato e de serviços adaptados. Os turistas também podem cometer incivildades, até mesmo uma certa forma de criminalidade.

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção que:

- As estratégias locais de prevenção e de segurança das cidades turísticas integrem uma vertente tendo como objectivo o turismo de qualidade, seguro e sustentável; que essas estratégias sejam o resultado de um processo da auditoria partilhado a nível local e fundamentado pela investigação científica;
- Essas estratégias levam em consideração o turista como um cidadão não permanente das cidades, com direitos e deveres, susceptível de ser, durante a sua estada, vítima ou autor de actos delituosos;
- Respostas adaptadas às situações de mobilidade sejam imaginadas;
- Se desenvolva uma parceria local, realizada em conjunto pelos serviços de segurança e pelos serviços turísticos das cidades, incluindo nomeadamente a polícia, as organizações de ajuda às vítimas, o sector privado, etc.;

- 
- Se procure particularmente as parcerias público/privadas benéficas para todos;
  - Se promova a participação das populações locais e a tomada de consciência pelos cidadãos da sua co-responsabilidade na prevenção da insegurança e das incivildades relacionadas com o turismo;
  - Se incentive a cooperação internacional sobre os problemas relacionados com a segurança no turismo: entre cidades, entre organizações de polícia, instituições internacionais como a Comissão Europeia e a Organização Mundial do Turismo.

---

#### **Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Desenvolver e promover boas práticas para cidades turísticas mais seguras;
- Desenvolver e promover indicadores comuns que permitam avaliar uma política de turismo segura;
- Elaborar uma série de princípios directores para uma política de turismo seguro para as cidades



# Dependência e drogas

## Considerando que:

- O consumo de produtos psico-ativos, lícitos e ilícitos faz parte dos usos das nossas sociedades e que esse consumo deve ser enquadrado para evitar os abusos nefastos para o bem-estar das pessoas e a coesão social.
- Este objectivo só pode ser atingido pela aplicação equilibrada e interdependente das políticas de segurança e de saúde pública.
- A prioridade da política repressiva deve ser baseada nos tráficos ilícitos e não nos utilizadores.
- O nível local é pertinente para realizar acções estratégicas e experiências, tanto junto dos utilizadores quanto da população em geral.
- As autoridades locais devem ter os meios financeiros para desenvolver novos instrumentos e perenizar as experiências concludentes.
- Reafirmando os princípios do Manifesto de Saragoça (2006), da Declaração de Viena (2010), da Declaração de Praga (2010) e da resolução *Democracy Cities and Drugs II* (2011).

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção que:

- Basear qualquer abordagem não sobre a ideologia ou a moral mas sobre a realidade do consumo de drogas nos nossos territórios e sobre a análise dos factos, nomeadamente sobre os resultados da avaliação científica realizada pela Comissão Europeia e em particular através do Observatório Europeu da Droga e da Toxicod dependência;
- Procurar o equilíbrio entre o tratamento, a prevenção, a inserção, a redução dos riscos e a repressão dos tráficos;
- Elaborar uma abordagem de regulação dos consumos, lícitos e ilícitos, baseada no equilíbrio entre saúde e segurança públicas;

- 
- Associar em todas as etapas dessa política a população e em particular os utilizadores;
  - Reforçar as cooperações europeias.

---

**Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Inovar através de estratégias sociais, civis e penais para lutar contra o mercado da droga e a violência que este acarreta;
- Formar os actores sociais e culturais para desenvolver políticas globais, coerentes e concertadas sobre as dependências.



# A cidade, de noite



## Considerando que:

- Os usos da cidade mudam de noite: as necessidades e as expectativas dos cidadãos são alteradas, os problemas e as respostas possíveis são diferentes. De noite, o desaparecimento dos pontos de referência, o aumento da ansiedade e dos receios, acentuam o sentimento de insegurança específica em que a delinquência real é apenas um dos factores;
- O desenvolvimento dos espaços para eventos festivos e o consumo em excesso de álcool tem consequências em termos de saúde e de segurança;
- Um número significativo de cidades europeias, nomeadamente as cidades universitárias, enfrentam desafios importantes de gestão da vida nocturna num contexto onde, muitas vezes, os serviços públicos funcionam mais lentamente;
- Contudo, essas cidades precisam realçar a qualidade da sua vida nocturna, porque faz parte da sua atracção turística e constitui um grande desafio económico;
- O conflito potencial entre a cidade que dorme, a cidade que festeja, e a cidade que trabalha, obriga a organizar de forma mais adequada o “viver juntos”, a qualidade da vida nocturna.

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção que:

- Uma visão comum da vida nocturna seja encontrada em conjunto por todos os actores envolvidos, nomeadamente as autarquias e os estabelecimentos nocturnos, de modo a encontrar situações com benefícios mútuos;
- Esta visão de parceria seja integrada, por exemplo numa Carta da vida nocturna, com compromissos sobre os objectivos partilhados. Um plano de acção com respostas transversais e uma estratégia de comunicação devem ser determinados;
- Sejam desenvolvidas acções de prevenção e de redução dos riscos

em matéria de saúde e segurança, articuladas com acções de regulação e sanções;

- O planeamento urbanístico e a arquitectura dos espaços públicos seja pensado desde o início levando em conta as dimensões temporal e espacial, ou seja, em função da sua potencial utilização de noite;
- Se destaquem agentes responsáveis pela animação, sensibilização, mediação, que permitam atenuar as tensões, reduzir o sentimento de insegurança, reduzir os riscos, melhorar a qualidade de vida nocturna e servir de ligação com os serviços diurnos;
- Esses agentes, profissionais ou voluntários tenham acesso a uma formação e equipamentos adaptados;
- Se realize um trabalho específico de formação do pessoal dos estabelecimentos nocturnos, a fim de enfrentar os problemas sanitários e de segurança pública causados pelos comportamentos de risco dos públicos desses estabelecimentos;
- Os problemas relacionados especificamente com os transportes públicos sejam tratados a fim de controlar os fluxos de deslocações nocturnas e reduzir o número de acidentes de viação causados pelo álcool.

### **Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Desenvolver, a nível europeu, a cultura da prevenção dos riscos em matéria de saúde e segurança ligados às festas nos espaços públicos nocturnos, através da troca constante de informações sobre as iniciativas mais promissoras;
- Determinar, num grupo de trabalho de cidades membro do Efus, um conjunto de critérios objectivos de avaliação que permitam certificar uma vida nocturna sustentável e de qualidade, que se insere numa estratégia global de tranquilidade e de saúde públicas;
- Incentivar uma reflexão, a nível europeu, sobre o preço do álcool e a participação das indústrias de álcool e dos estabelecimentos nocturnos nas acções de prevenção.

# Violências colectivas

## Considerando que:

- A violência colectiva é um fenómeno presente em muitas cidades europeias. Entende-se por violência colectiva a violência na rua, incluindo comportamentos anti-sociais, assédio, e incivildades cometidos por grupos de jovens. Este fenómeno é portanto diferente, a priori, dos problemas de hooliganismo, da violência política, do terrorismo e do crime organizado;
- O sentimento de insegurança causado por esses actos de violência teve como efeito o endurecimento do quadro legislativo e o aumento da prisão de jovens que cometem actos de violência em grupo;
- As questões de violência colectiva envolvem grupos mais ou menos organizados e diferentes formas de violência, assédio e incivildades, e que já não se concentram apenas nos meios urbanos mas também em áreas periurbanas e rurais;
- As violências são causadas por muitos factores que, se acumulando, aumentam o risco, para esses jovens, de se juntar a grupos e cometer violências colectivas;
- Os grupos problemáticos são compostos essencialmente por jovens marginalizados e o facto de fazerem parte de um bando é frequentemente uma estratégia de compensação em resposta a uma ou várias carências (identitária, material, auto-estima, falta de reconhecimento,...) e aos mecanismos de exclusão social;
- Esses problemas, portanto, não podem ser tratados de forma sustentável sem medidas de prevenção para responder a essas carências.

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção:

- Uma estratégia global para responder a esses desafios, que para além de uma componente penal, deve, incluir também uma componente civil, social e espacial;

- 
- Estar vigilantes para evitar os perigos de exageros penais, nomeadamente em caso de crise e de ameaças iminentes;
  - Não abandonar o investimento na prevenção, mesmo em tempos de crise orçamental, as restrições neste campo acabam por ser muito mais caras a longo prazo para sociedade;
  - Elaborar estratégias de resposta baseadas em parcerias locais que incluem todas as partes interessadas das instituições bem como da comunidade;
  - Evitar estigmatizar esses grupos de jovens, o que reforçaria a coesão dos mesmos, mas envolvê-los na procura de uma solução, valorizar as suas competências, levar em consideração as relações entre rapazes e raparigas, e ajudá-los a encontrarem o seu caminho no seio da sociedade.

---

#### **Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Identificar métodos de intervenção pertinentes em matéria de justiça retributiva, de abordagem de proximidade junto das comunidades e das famílias, abordagens individuais mas também colectivas, bem como prevenção precoce, evitando recorrer sistematicamente a respostas repressivas;
- Encontrar alavancas de acção através das noções de «reputação», imagem, redes sociais, meios de comunicação social;
- Promover as parcerias, e a «diplomacia informal e quotidiana» com esses grupos de jovens nos territórios, tendo como objectivo a inclusão e não o controlo social;
- Proporcionar oportunidades para sair do bando, nomeadamente através do emprego e usando também as oportunidades da economia social e solidária.



# Gestão dos riscos urbanos

## Considerando que:

- O urbanismo crescente e a forte densidade das cidades expõe os cidadãos a riscos que é necessário prevenir e gerir, esses riscos sendo naturais ou de carácter humano, cuja ocorrência é episódica ou até excepcional;
- Os riscos urbanos e a insegurança quotidiana ambos dependem das autoridades locais, e que o presidente da câmara é na maior parte das vezes responsável no âmbito da protecção civil;
- Esses riscos urbanos requerem modos de gestão de crise diferentes da gestão da segurança quotidiana;
- Na mesma óptica que a campanha "Construindo cidades resilientes – Minha cidade se prepara!" da UNISDR e da Estratégia Internacional de Prevenção das Catástrofes das Nações Unidas, que ajudam as colectividades locais a fortalecerem a sua capacidade para resistir a catástrofes, nomeadamente através de ferramentas que permitam avaliar o seu progresso<sup>7</sup>.

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção que:

- Modos de gestão integrada e estratégias de prevenção e de desenvolvimento das cidades mais resilientes sejam desenvolvidos, partindo do nível local mas em estreita colaboração com os níveis nacional e internacional;
- Essa abordagem integrada da gestão dos riscos a nível da cidade seja regularmente avaliada;
- Se implemente uma estrutura única de vigilância e de gestão dos riscos e catástrofes tal como uma célula local de crise, capaz de assegurar uma boa coordenação e gestão dos recursos;
- Essa abordagem integrada seja desenvolvida, não só no momento da gestão dos riscos, mas também no momento da previsão;

- 
- Os recursos sejam mutualizados a nível local, mas também regional, como foi demonstrado no exemplo das cooperações transfronteiriças;
  - A sociedade civil, os parceiros privados como os transportes, as PME, os comércios, bem como os habitantes, sejam associados na prevenção e na gestão desses riscos e ameaças.

---

**Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Encontrar os meios necessários para informar e formar as autoridades locais para que se tornem partes interessadas da redução e da gestão dos riscos.

---

7- Como construir cidades mais resilientes: Um guia para gestores públicos locais  
(<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/toolkit/handbook>)



# Tecnologias ao serviço da prevenção

## Considerando que:

- A maior utilização das novas tecnologias transforma as nossas vidas e as nossas cidades, chamadas cidades “digitais” e “inteligentes”;
- As cidades estão abertas às oportunidades proporcionadas por essas tecnologias para melhorar a vida dos cidadãos, o “viver juntos” e a segurança, mas estão conscientes dos riscos em termos de direitos cívicos fundamentais e de ética;
- As tecnologias são instrumentos novos à disposição das cidades, que devem ser escolhidos para completar os recursos existentes, e em função da sua utilidade e da sua eficácia para uma determinada situação.
- A liberdade e a segurança estão estreitamente associadas dentro de uma abordagem baseada no respeito dos direitos fundamentais;

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção:

- Estar atento à utilização desses instrumentos modernos para que estes não façam esquecer as causas complexas que induzem a insegurança, nem reduzir a prevenção da delinquência a uma gestão técnica dos riscos;
- Respeitar os princípios da Carta para a utilização democrática da videovigilância e das tecnologias de vigilância em geral: os princípios de legalidade, de necessidade, de proporcionalidade, de transparência, de responsabilidade, de controlo independente e de participação dos cidadãos;
- Levar em consideração esses princípios desde o início de um projecto de utilização das novas tecnologias, e em seguida, em todas as etapas da sua aplicação, e integrar medidas de protecção da vida privada na própria concepção dos sistemas de vigilância;

- 
- Aproveitar as oportunidades das novas tecnologias para o bem-estar dos cidadãos, nomeadamente quanto à responsabilização e à participação;
  - Levar em consideração a relação custo/benefício das tecnologias, também em termos de protecção da vida privada, e privilegiar as soluções menos intrusivas em circunstâncias semelhantes;
  - Não descurar o factor humano na utilização dessas tecnologias, e cuidar particularmente a formação do pessoal que utilize essas tecnologias;
  - Capitalizar e desenvolver os conhecimentos sobre a verdadeira eficácia e eficiência das tecnologias de segurança e de vigilância.

---

#### **Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Implementar os princípios da Carta para uma utilização democrática da videovigilância no âmbito de novos projectos de utilização de tecnologias de vigilância;
- Avaliar mais adequadamente o uso das tecnologias de vigilância e contribuir para alimentar os conhecimentos na matéria;
- Aproveitar o potencial das novas tecnologias para melhorar a governação da segurança, reforçar a coesão social e permitir aos cidadãos que participem mais na vida da comunidade.



# Parceria entre os sectores público e privado

## Considerando que:

- Os sectores público e privado trabalham cada vez mais em parceria para a prevenção, porque têm muito que aprender um do outro e podem beneficiar dessa colaboração;
- O sector privado, quer sejam comércios locais ou grandes empresas, é um actor importante para o desenvolvimento de uma cidade e pode contribuir não só com meios financeiros mas também com recursos humanos e experiência.
- Essas parcerias são benéficas para o sector privado que fica a ganhar com um ambiente mais seguro, mas podem ser difíceis de implementar devido às diferenças de cultura profissional e modos de operação.

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção:

- Reforçar a colaboração entre o sector público e privado, aproveitando as forças de cada parte e sem contestar as responsabilidades de cada actor;
- Identificar objectivos e prioridades comuns baseados nas necessidades ou lacunas existentes em áreas diferentes, tais como força institucional, projectos de intervenção ou produção de informação a fim de estabelecer uma agenda a curto, médio e longo prazo;
- Estabelecer regras claras e transparentes para as parcerias que ajudem a criar e reforçar a confiança entre os actores públicos e privados;
- Assegurar que a visão da segurança seja inclusiva, levando em consideração as necessidades de toda a comunidade e não apenas de clientes potenciais. O sector privado deve ser mobilizado como sendo uma das partes interessadas de uma estratégia que procura a segurança para o bem de todos.

---

---

**Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Colaborar com uma grande variedade de representantes do sector privado para explorar as suas contribuições potenciais e expectativas em matéria de estratégias locais de segurança;
- Partilhar informações sobre projectos públicos e privados relativos às estratégias de segurança para identificar sinergias e áreas de cooperação;
- Elaborar projectos de cooperação através de parcerias público-privadas com papéis e responsabilidades compatíveis com a natureza, competência e potencial das entidades envolvidas;
- Apoiar, sempre que necessário, o estabelecimento de estruturas intermediárias que possam coordenar e facilitar parcerias entre os sectores público e privado.



# Interacção entre o nível local, regional e nacional

## Considerando que:

- Coordenar acções entre cidades, regiões e governos nacionais é um factor importante para que as políticas sejam eficientes, bem sucedidas, e mais próximas da comunidade, as cidades desempenham um papel directo nas questões de prevenção da criminalidade mas são frequentemente demasiado pequenas, os governos nacionais encontram-se muitas vezes demasiado afastados dos problemas locais para conceberem políticas que atendam totalmente as necessidades locais. Como órgãos intermediários entre esses dois níveis, as regiões têm um papel importante a desempenhar.
- Apesar destas considerações, em muitos países o nível de interacção é fraco: a resistência institucional e a falta de instrumentos de coordenação eficazes são obstáculos à cooperação. A distribuição pouco clara das tarefas e responsabilidades pode abalar a confiança dos cidadãos nos organismos públicos.
- Para além disso, nestes últimos anos muitos governos centrais subestimaram a importância da gestão local da criminalidade, nomeadamente na prevenção social e comunitária da criminalidade.
- A crise financeira e económica actual torna esses problemas ainda mais agudos, consequentemente o papel primordial das autoridades locais é desafiado, as interacções entre os vários níveis de governo quanto às políticas de prevenção do crime são ainda mais enfraquecidas.

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção que:

- A União Europeia preste mais atenção e apoio aos esforços para melhorar a cooperação e a coordenação entre os vários níveis de governação;

- 
- O papel desempenhado pelas autoridades locais na prevenção da criminalidade tenha um maior reconhecimento e que uma ampla gama de instrumentos para melhorar as suas políticas sejam desenvolvidos;
  - As políticas sociais, de segurança pública e de ordenamento do território usem a mesma linguagem: para isso, deve ser implementada legislação para reforçar a integração, passando de uma simples colaboração a uma responsabilidade conjunta;
  - As regiões assumem o seu papel de mediadores entre o governo nacional e as cidades. Também podem financiar acções específicas, promover a investigação, fornecer instrumentos de análise e observação às autoridades locais. Podem apoiar o ensino e a formação contínuos numa escala territorial maior.

---

### **Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Reforçar os nossos esforços para sensibilizar as Instituições Europeias sobre a necessidade de programas específicos destinados a desenvolver uma melhor cooperação entre os vários níveis de governo em matéria de prevenção da criminalidade;
- Adoptar uma resolução centrada sobre os problemas e questões relacionados com a cooperação institucional;
- Melhorar os conhecimentos dos cidadãos sobre os vários níveis de responsabilidade e a aumentar a sua sensibilização sobre a importância da acção coordenada.



# Criminalidade organizada

## Considerando que:

- A presença da criminalidade organizada nunca foi um problema exclusivo de alguns países, os autarcas e cidadãos europeus tomam hoje consciência do impacto que as máfias têm nos territórios que se consideravam até então ao abrigo desse risco.
- Hoje em dia, a presença das organizações criminosas manifesta-se de várias formas:
  - > nas regiões onde estão enraizadas historicamente, as máfias controlam directamente o território através da violência, a ameaça, mas também através da oferta de apoio, trabalho, assistência aos seus "afiliados";
  - > nas outras regiões europeias, a presença de organizações criminosas não se manifesta, ou por enquanto ainda não, de forma tão evidente, mas ocorre através do controlo de actividades económicas, infiltrações nos mercados de concessão de obras públicas e no controlo dos mercados ilegais: tráfico de drogas ou de seres humanos, prostituição, jogos de fortuna e de azar...
- É aos autarcas que os cidadãos pedem respostas para os problemas de segurança nos bairros, inclusive para os fenómenos mais preocupantes como degradações de material, tráfico de drogas, prostituição nas ruas, assim como os impactos negativos que as actividades criminosas têm sobre a economia local, frequentemente em detrimento da concorrência legítima.

## Nós, autoridades locais europeias, recomendamos para o futuro da prevenção que:

- As instituições europeias se apropriem mais activamente da questão da criminalidade organizada, não somente em termos de resposta policial, mas também em termos de políticas de prevenção e de apoio às colectividades locais;

- 
- Se aprove uma directiva europeia sobre apreensão dos bens das organizações criminosas;
  - As cidades possam ter instrumentos para a análise dos territórios e dos riscos; para o controlo dos contratos públicos; para o estabelecimento de uma rede de instituições capazes de controlar a transparência das empresas locais e garantir-lhes apoio se forem contactadas por organizações criminosas.

---

### **Comprometemo-nos, nos próximos anos, a:**

- Incentivar as cidades e autoridades locais a comprometerem-se para proporcionar mais transparência e controlo democrático na atribuição dos contratos públicos ou noutros dispositivos ou serviços a seu cargo;
- Trabalhar, junto com todos os níveis institucionais, para identificar as estratégias integradas de luta nos sectores de actividade mais lucrativos para as organizações criminosas, quer sejam tradicionais ou mais recentes;
- Sensibilizar os cidadãos sobre os riscos e para não cederem à lógica do lucro imediato, mas envolvê-los na luta contra a criminalidade organizada, divulgando as informações de que tenham conhecimento na sua própria comunidade;
- Reforçar e promover a cultura da legalidade através de iniciativas que implicam toda a população.





# Textos de referência

---

- Declaração de Deli sobre Segurança das Mulheres “Construir cidades e comunidades inclusivas”, Mulheres e Cidades Internacional, Novembro de 2010, Deli.
- Carta de Leipzig sobre as cidades europeias sustentáveis, Maio de 2007, Leipzig.
- Segurança, Democracia e Cidades, Manifesto de Saragoça, 2006; Manifesto de Nápoles, 2000, Efus.
- Carta de Aalborg sobre o desenvolvimento sustentável, Nações Unidas, 1994 e 2004, Aalborg.
- Directrizes da ONU sobre a prevenção da criminalidade, Nações Unidas, 2002.
- Carta Europeia de Salvaguarda dos Direitos Humanos na Cidade, Maio de 2000, Saint-Denis.
- Carta Urbana Europeia, Congresso dos Poderes Locais e Regionais, 1992.



Tradução: **Alice Esteves**

Gráfico: **Marie Aumont**

Impressão : **Cloître Imprimeurs - Saint-Thonan, France**

ISBN: **2-913181-44-9**

EAN: **9782913181441**

Depósito legal : **Mai 2013**

Publicado por:

**European Forum for Urban Security**

**10 rue des Montiboeufs**

**75020 Paris - France**

**contact@efus.eu**

**www.efus.eu**



Com o apoio financeiro da Comissão Europeia

A informação contida nesta publicação vincula exclusivamente os autores, não sendo a Comissão responsável pela utilização que dela possa ser feita

# As cidades ajudam as cidades

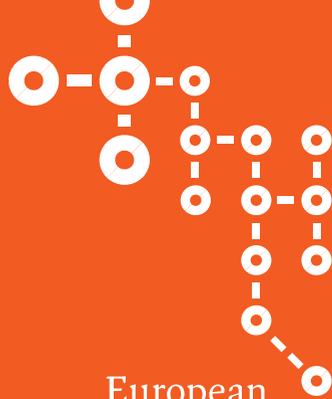
Criado em 1987, sob a égide do Conselho da Europa, O **Fórum Europeu para a Segurança Urbana** (Efus, da sigla inglesa) é a organização internacional não governamental de colectividades territoriais mais antiga promovendo a segurança urbana e prevenção da delinquência. O objectivo da nossa rede é o de reforçar as políticas de prevenção da criminalidade e promover o papel dos eleitos nas políticas nacionais e europeias.

O Efus trabalha o conjunto das temáticas relacionadas com a segurança urbana e tece laços entre as colectividades locais europeias através da troca de práticas e de conhecimentos, da cooperação e da formação. Também serve de laço entre as colectividades locais e as instituições a nível nacional, europeu e internacional.

A direcção do Efus é assegurada por uma comissão executiva de 33 colectividades territoriais eleitas pela integralidade dos membros da rede (cerca de 250 cidades e colectividades locais). Inspirou a criação de sete Fóruns Nacionais, estabelecidos na Alemanha, Bélgica, França, Itália, Espanha, Luxemburgo e em Portugal.

[www.efus.eu](http://www.efus.eu)

Conferência internacional “Segurança, Democracia e Cidades: o futuro da prevenção” organizada nos dias 12, 13 e 14 de Dezembro de 2012, em parceria com as cidades de:



European  
Forum *for*  
Urban  
Security

*Sécurité, démocratie et villes :*  
Manifeste d'Aubervilliers et Saint-Denis

*Security, Democracy and Cities:*  
the Manifesto of Aubervilliers and Saint-Denis

***Segurança, Democracia e Cidades:***  
**o Manifesto de Aubervilliers e Saint-Denis**

*Seguridad, Democracia y Ciudades:*  
el Manifiesto de Aubervilliers y Saint-Denis

*Sicherheit, Demokratie und Städte:*  
das Manifest von Aubervilliers und Saint-Denis

*Sicurezza, democrazia e città:*  
il Manifesto di Aubervilliers e Saint-Denis

*Veiligheid, Democratie en Steden:*  
het Manifest van Aubervilliers en Saint-Denis

Mais idiomas disponíveis no [www.efus.eu](http://www.efus.eu)

